



"Educação como prática de Liberdade":  
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)  
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9803 - Resumo Expandido - Pôster - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT12 - Currículo

## DEMANDAS PARA A DOCÊNCIA NO MONITORAMENTO DA EDUCAÇÃO

Paula Eduarda das Dores de Souza Lima - UERJ - PROPED - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

### DEMANDAS PARA A DOCÊNCIA NO MONITORAMENTO DA EDUCAÇÃO

**Resumo:** Os Relatórios de Monitoramento da Educação se apresentam como um projeto global de educação, visando acompanhar de perto, o alcance de objetivos e metas traçados para o campo educacional. Nesse contexto, focalizamos a articulação de demandas na construção de um projeto hegemônico, refletido no Relatório de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2020). O encadeamento de recomendações para o currículo escolar estão produzindo novos sentidos para a formação e o trabalho docente. Operamos com a noção de demandas desenvolvida pela Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2015), entendendo que o Relatório é constituído na aproximação de particulares que se articulam e organizam as relações entre os sujeitos envolvidos nos processos de negociação política. Observamos nessa produção, tentativas de fixar sentidos que, somadas à utilização de métodos de mensuração, se constituem como política curricular, pretendendo assegurar através da vigilância e monitoração, maior controle do exercício do magistério (DIAS, 2013).

**Palavras-chave:** Monitoramento. Políticas Curriculares. Demandas. Docência

## INTRODUÇÃO

Os Relatórios de Monitoramento da Educação têm operado como política curricular no Brasil e em diversas partes do mundo. Algumas dessas políticas são muito produtoras na discussão sobre a articulação de demandas, como o Relatório de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2020), pois traz implicações ao currículo nacional, disputando sentidos para o currículo escolar e os profissionais da educação.

Tal produção divulga índices e informações, subsidiando o acompanhamento constante de metas e objetivos em conformidade com políticas globais visando assegurar direitos de aprendizagem, equidade e qualidade educacional.

Defendemos que a investigação de políticas de currículo articulada com discursos de monitoramento seja repensada, tanto em termos de suas potencialidades quanto de seus limites. Focalizamos a articulação de demandas na construção de um projeto discursivo comum, refletido no referido Relatório que está produzindo sentidos e operando como

política curricular para professores de diferentes segmentos de ensino. Interpretamos o que está sendo ponderado como indispensável para o exercício do magistério, visto a estreita correspondência entre os resultados obtidos pelos alunos e a formação docente.

Embasamos este trabalho na Teoria do Discurso (TD) de Ernesto Laclau e de Chantal Mouffe (2015) e em estudos curriculares de Dias (2013).

Organizamos nossa discussão com esta introdução, seguida de breve apresentação do monitoramento na educação brasileira. Posteriormente, expomos algumas demandas expressas no documento analisado e concluimos com considerações finais.

## **1. POLÍTICAS DE MONITORAMENTO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

O monitoramento da educação tem se manifestado, principalmente, por meio de políticas curriculares refletido em Relatórios cuja finalidade é acompanhar objetivos e metas traçados, caracterizando tais políticas como um projeto discursivo comum.

Compreendemos os Relatórios de Monitoramento da Educação como fruto de articulações discursivas, cuja produção promove outras articulações servindo de base para tomadas de decisões. Possuem estreita relação com as políticas avaliativas e apresentam soluções de curto prazo consideradas eficazes.

No Brasil, a Lei nº 13.005 instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE) como uma “política pública cujos compromissos firmados são passíveis de aferição, visto que a maior parte das metas delimita finalidades objetivas e quantificáveis para as quais é possível a construção de medidas e indicadores de monitoramento” (BRASIL, 2016, p.11).

A vigilância educacional está intrinsecamente relacionada à avaliação, configurando etapas distintas de um mesmo processo, conforme ressalta o Ministério da Educação (MEC), “O presente Relatório não pretende ser uma versão acabada dos indicadores considerados no escopo do monitoramento, mas contribuir para a criação de um sistema de monitoramento e avaliação do Plano” (Ibid, p.14).

Fica reservado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) aferir o cumprimento das metas do PNE, monitorando e publicizando informações sobre a educação no país. Para isso, produz Relatórios como o que trazemos nessa análise, intitulado Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE -2020.

Essas produções discursivas resultam de acordos e consensos, articulando múltiplas demandas que envolvem atores sociais, diferentes segmentos da educação e universalização de ideias e concepções em disputa no campo político educacional.

Através de recursos que se articulam, o MEC ainda investe em textos de discussão, apoio e orientação, apresentando estratégias e justificativas para cada uma das metas do PNE. Nesse sentido, é possível observar um encadeamento de recomendações para os currículos de alunos e professores, sequenciados por uma variedade de políticas que une demandas ainda não atendidas.

Ampliar a compreensão a respeito do que realmente está em jogo e quais são as relações de poder envolvidas nesse processo de monitoramento é o que defendemos com Macedo (2019, p.43) para “perturbar os consensos políticos” que têm atribuído a determinadas políticas, a idealização da formação dos docentes como solução para problemas educacionais.

## 2. DEMANDAS PARA O CORPO DOCENTE

Quatro das vinte metas do PNE são destinadas aos profissionais da educação como meio de estabelecer uma política de valorização da categoria, considerada “fundamental para que a política educacional se fortaleça” e encaminha a política nacional de formação dos profissionais da educação como parte da reorganização da educação brasileira (BRASIL, 2014, p.13).

Afirma que “Quanto mais sustentáveis forem as carreiras e quanto mais integradas forem as decisões relativas à formação, mais ampliadas serão as perspectivas da equidade na oferta educacional” (Ibid), evidenciando o vínculo direto entre o alcance das metas e a formação dos professores.

Uma das principais estratégias do PNE é a reforma curricular dos cursos de licenciatura e o estímulo à renovação pedagógica, bem como o destaque “das práticas de ensino e dos estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica” (Ibid). Essas ações pretendem garantir uma equipe de profissionais com o perfil necessário à melhoria da qualidade da educação.

No cumprimento das metas do Plano, diferentes demandas vêm sendo produzidas em resposta à tentativa de superação de diversos problemas. A necessidade de ofertar uma educação de qualidade relaciona-se diretamente às condições dos profissionais que nela atuam e constitui uma demanda que reúne muitas outras demandas articuladas. Estas incorporam expectativas pelas quais os sujeitos se dedicam e negociam na arena política, vislumbrando legitimar projetos tornando-os hegemônicos (DIAS, 2013).

Admitimos a impossibilidade de representação de uma totalidade política via Relatórios de Monitoramento, por estes não conseguirem frear o social e os sentidos que são produzidos. Por isso, operamos com a TD de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), considerando os diferentes centros de poder na articulação de demandas sociais que constituem tais significações e tentativas de controlar os sentidos, através de métodos constantes de vigilância e monitoração (DIAS, 2013).

O processo de articulação de demandas abrange múltiplas influências, concepções e sujeitos. Particularidades passam a se apresentar como universais e essa representação torna-se a própria expressão da política.

Rechaçamos a ideia de que a padronização de procedimentos consensuais defina uma rotina política a ser seguida como guia fiel para todas as questões enfrentadas na educação. Entendemos que os contextos em que tais políticas se apresentam, não estão dados, devido à forma como são constituídos e, constantemente, traduzidos.

## CONCLUSÃO

Podemos dizer que os Relatórios de Monitoramento Educacional se tornaram hegemônicos por aglutinarem diferentes demandas, e se tornarem um projeto discursivo comum refletido em políticas curriculares.

Sucessivas negociações para legitimar certos significados, são compartilhados entre educadores, pesquisadores e outros atores sociais. Argumentamos ser essas negociações que

propiciam sua produção e constituem o processo articulatório discursivo em torno das significações que caracterizam demandas para a formação e o trabalho dos professores.

Perturbar consensos políticos já amplamente hegemônicos (MACEDO, 2019), significa assumir o enfrentamento de questões que são muito caras à educação como a formação docente, e complicar, politicamente, a conformidade com o constante monitoramento educacional.

## Referências

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 26 jun. 2014a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. **Planejando a próxima década. Conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: MEC, 2014b.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do PNE: 2020**. Brasília, DF: Inep, 2020.

DIAS, Rosanne E. Demandas das políticas curriculares para a formação de professores no espaço Ibero-americano. **Revista E-Curriculum**, São Paulo, v. 2, n.11, p. 461-478, ago. 2013.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. Tradução de Joanildo Burity, Josias de Paula Jr. e Aécio Amaral. São Paulo: Intermeios, 2015.

MACEDO. Elizabeth. Fazendo a Base virar realidade: competências e o germe da comparação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 39-58, jan./mai. 2019.